

O acordo Mercosul/ União Europeia e o setor florestal



Ivan Tomaselli
Diretor-presidente da Stcp
Engenharia de Projetos Ltda
Contato: itomaselli@stcp.com.br

Foto: divulgação

Estudos analisam impacto na sustentabilidade envolvendo o acordo entre os dois blocos econômicos

“
Na área ambiental o estudo da LSE focou na parte regulatória, impactos relacionados à emissão de gases do efeito estufa, desmatamento e poluição
”

ALSE Consulting, empresa vinculada a The London School of Economics and Political Science, publicou em julho de 2020 um relatório (400 páginas) com o título: Avaliação do Impacto na Sustentabilidade Envolvendo o Acordo entre o Mercosul e a União Europeia; firmado em junho de 2019. São analisados basicamente os impactos econômicos, sociais e ambientais.

Segundo as análises, as reduções das tarifas beneficiarão os dois blocos com o aumento do comércio, criação de empregos e aumento do crescimento econômico. O impacto esperado no PIB poderá chegar em 2032 a €15 bilhões na Europa e €11 bilhões no Mercosul. O Brasil será o mais beneficiado e poderá aumentar as suas exportações em mais de 6%. Conclui o estudo que o acordo contribuirá para o desenvolvimento sustentado e redução da pobreza na região.

Na área ambiental o estudo da LSE focou na parte regulatória, impactos relacionados à emissão de gases do efeito estufa, desmatamento e poluição. É mencionado o fato que o impacto nas emissões nos países do Mercosul será pequeno, já que os países da região têm, em média, uma matriz energética limpa.

O relatório apresenta uma visão positiva em relação ao desmatamento. Conclui que uma expansão significativa da fronteira agrícola, com a ocupação de novas áreas de florestas, não é esperada. Existe a possibilidade de aumentar a produção via ganhos de produtividade e com o uso de áreas já desmatadas. Também não antecipa o aumento significativo do uso e da contaminação de

águas, ou do uso de pesticidas.

Por outro lado, um estudo publicado em 2020 pelo Imazon intitulado: O Acordo Comercial EU-Mercosul é a Prova de Desmatamento?, que foi financiado pela FERN, uma ONG da Europa, apresenta uma visão diferente. O relatório menciona que o Acordo poderá levar a um aumento significativo do desmatamento particularmente no Brasil, afetando terras indígenas e unidades de conservação. Isto levaria a um aumento significativo na emissão de gases de efeito estufa.

O estudo do Imazon conclui que as provisões constantes do acordo não são suficientes para mitigar os riscos associados ao desmatamento e propõe ações que supostamente poderiam ser adotadas para mitigar o impacto. Entre elas, estão o estabelecimento de práticas mandatórias de certificação, monitoramento do comércio, consulta a comunidades indígenas e outras, e a expansão do escopo e envolvimento de ONGs nas decisões.

É interessante observar a diferença entre os dois estudos, sendo o primeiro conduzido por uma entidade do Reino Unido e o segundo por uma ONG do Brasil. Não parece que o conduzido pela ONG brasileira tenha uma base científica sólida, mas é o que circula, e embora não é feita referência específica ao setor florestal poderá ter impacto no comércio internacional de produtos florestais brasileiros.

Uma análise crítica dos estudos publicados, ao acompanhar e participar das discussões, é importante para não criar distorções e argumentos que possam limitar o crescimento sustentado de nosso país.